

Sexualidad, Salud y Sociedad

REVISTA LATINOAMERICANA

ISSN 1984-6487 / n.2 - 2009 - pp.29-48 / www.sexualidadsaludysociedad.org

Um nome próprio, um espaço comum. Subjetividade, cidadania e sexualidade no México. O Club Gay Amazonas

Rodrigo Parrini

Licenciado en Psicología
Maestro en Estudios de Género
Doctorante en Antropología
Profesor Asociado – Dpto. de Educación y Comunicación
Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco, México

> rparrini@colmex.mx

Ana Amuchástegui

Profesora-investigadora – Dpto. de Educación y Comunicación
Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco, México

> aamuchastegui@laneta.apc.org

Um nome próprio, um espaço comum. Subjetividade, cidadania e sexualidade no México. O Club Gay Amazonas

Resumo: O Club Gay Amazonas, situado na cidade mexicana do Tenosique, foi criado em 1996 por um grupo de homens gay, mulheres travesti e transgênero como um espaço de socialização e de diálogo político com autoridades e instituições, e como uma maneira de enfrentar a epidemia da Aids que, em princípios dos anos 90, começava a afetar os residentes locais. Neste artigo analisamos as atividades do Clube como um processo de politização da sexualidade, que mostra o vínculo entre processos coletivos de construção de cidadania e processos subjetivos de constituição, aceitação e reivindicação de uma identidade sexual. Desta maneira, o Club Gay Amazonas é tanto o resultado como a apropriação de dois processos históricos: a expansão da cidadania e a formação de identidades sexuais diversas. Sua ação vincula ambas, politizando identidades e outorgando à cidadania um matiz de desejo. Ao mesmo tempo em que o grupo coloca suas demandas no debate público da cidade, traça as coordenadas que permitem a seus membros construir uma noção afirmativa de si mesmos, de seus corpos, de sua estética e de seu desejo. Deste modo, o processo de construir cidadania transforma-se em e emerge do processo de constituição de si.

Palavras-chave: sexualidade; subjetividade; cidadania; sujeito político; México

Un nombre propio, un espacio común. Subjetividad, ciudadanía y sexualidad em México. El Club Gay Amazonas

Resumen: El Club Gay Amazonas, situado en la ciudad mexicana de Tenosique, fue creado en 1996 por un grupo de hombres gay, mujeres travesti y transgénero, como un espacio de socialización y de diálogo político con autoridades e instituciones, y como una manera de enfrentar la epidemia del SIDA que a principios de los años noventa empezaba a afectar a los residentes locales. En este artículo analizamos las actividades del Club como un proceso de politización de la sexualidad, que muestra el vínculo entre procesos colectivos de construcción de ciudadanía y procesos subjetivos de constitución, aceptación y reivindicación de una identidad sexual. De esta manera, el Club Gay Amazonas es tanto el resultado como la apropiación de dos procesos históricos: la expansión de la ciudadanía y la formación de identidades sexuales diversas. Su acción vincula ambos, politizando identidades y otorgando a la ciudadanía un matiz de deseo. Al tiempo que el grupo coloca sus demandas en el debate público de la ciudad, traza las coordenadas que permiten a sus miembros construir una noción afirmativa de sí mismos, de sus cuerpos, de su estética y de su deseo. De este modo, el proceso de construir ciudadanía se transforma en y emerge del proceso de constitución de sí.

Palabras clave: sexualidad; subjetividad; ciudadanía; sujeto político; México

A name of one's own, a collective place. Subjectivity, citizenship and sexuality in Mexico. The Amazonas Gay Club

Abstract: The Amazonas Gay Club in the Mexican city of Tenosique was created in 1996 by a group of gay men, transvestites and transgender women, as a space for socializing, for political dialogue with authorities and institutions, and as a way of dealing with the AIDS epidemic that in the beginning of the 1990s began to affect local residents. In this article, we analyze the Club's activities as a process of politicization of sexuality that shows the link between collective processes of construction of citizenship and subjective processes of constitution, acceptance and vindication of a sexual identity. In this way, the Amazonas Gay Club is both a result and an appropriation of two historical processes: the expansion of citizenship and the formation of diverse sexual identities. Its action links both, politicizing identities and giving citizenship a shade of desire. Just as the group places its demands into the city's public debate, it lays out coordinates that allow its members to construct an affirmative notion of themselves, of their bodies, of their aesthetic and of their desire. Thus, the process of constructing citizenship is transformed into and emerges from a process of constituting the self.

Keywords: sexuality; subjectivity; citizenship; political subject; Mexico

Um nome próprio, um espaço comum. Subjetividade, cidadania e sexualidade no México. O Club Gay Amazonas¹

1. Quem nos dará um nome? Subjetividade e política

Para Juan é importante que o chamem por seu nome: “Bem, porque antes na rua gritavam para mim bicha, “viado”, puto e as vinte mil maneiras de chamar uma louca, não? Então agora pelo menos já me chamam pelo meu nome, isso é um lucro”. Juan assinala que o trabalho do Clube Gay Amazonas lhe permitiu reivindicar seu nome, entre os insultos e as alcunhas. Ele vive em Tenosique, uma cidade do estado de Tabasco, na fronteira com a Guatemala, ao sul do México. Cidade de rancheiros e camponeses, com pouco mais de 30 mil habitantes; lugar de trânsito para muita gente, com uma base militar e uma das rotas que utilizam os migrantes centro-americanos em sua viagem até os Estados Unidos. O Clube Gay Amazonas, cujo nome tem origem nos guerreiros mitológicos, foi criado em 1996 por um grupo de homens gays, alguns deles travestidos ou transgêneros, como um espaço de sociabilidade, como um lugar de interlocução com as autoridades e as instituições, e como uma forma de enfrentar a epidemia de Aids que desde o início dos anos 90 começara a afetar as pessoas da cidade. Quando realizamos o trabalho de campo que permitiu este artigo,² já havia uma longa lista de mortos e outra mais extensa de pessoas portadoras do vírus que sobreviviam em condições de marginalização social, estigma e falta de acesso ao atendimento médico e aos tratamentos antirretrovirais.

Juan pede um nome, seu próprio nome; pede um nome a uma sociedade, ao tratamento cotidiano dado pelas pessoas. Em vez dos insultos, em vez das alcu-

¹ Este artigo é produto da investigação “Processos Subjetivos de Cidadania: Sexualidade e Direitos Humanos”, financiada pela Fundação Ford, e que é realizada em colaboração com a Universidade Autônoma Metropolitana, sede em Xochimilco, e o Grupo de Informação em Reprodução Escolhida. Uma versão deste artigo foi publicada em espanhol em *Debate Feminista*, vol. 37, ano 19, abril de 2008, pp. 179-196.

² O trabalho de campo foi efetuado do mês de dezembro de 2006 até a presente data. Neste contexto, a cidade foi visitada repetidas vezes e foram realizadas 35 entrevistas, tanto com membros do Clube como com políticos, funcionários públicos e outros atores relevantes e/ou vinculados com o trabalho do Clube. Além disso, participou-se de suas atividades sociais e políticas e de sua vida cotidiana. No marco do projeto, nós nos perguntamos pelas condições sociopolíticas que permitem a emergência de um grupo como este, pelos vínculos entre os processos subjetivos de construção de uma identidade sexual não-hegemônica e a conformação de um referente de convivência e diálogo político, assim como pelas estratégias de afirmação e exercício de certos direitos.

nhas. Pede uma peça fundamental de identificação e de diferenciação. Se o nome particulariza e dá uma densidade simbólica a um sujeito, o insulto generaliza, desmente a singularidade, nega um espaço próprio em uma rede de intercâmbios.³ Ele pede um nome pelo qual seja chamado e que lhe dê um lugar distinto ao de sua marginalização e de sua abjeção. Um lugar próprio, referendado coletivamente e respeitado socialmente, situado politicamente. Esse lugar Juan o construiu junto com outros, também desejosos de um nome e de um espaço de reconhecimento e de legitimidade.

O Clube é formado por 40 pessoas, aproximadamente, embora o grupo mais participativo seja constituído por 20 integrantes. Suas idades vão dos 17 aos 73 anos. É uma organização pluriclassista, embora preponderem os sujeitos de classe média e média-baixa, segundo a estrutura de classes da cidade. Desempenham diversos ofícios; há empregados públicos, professores e outros tipos de profissionais, mas a maior parte realiza trabalhos manuais, como barbearia (ou salão de cabeleireiro), cozinha, arranjos de festas e decorações. A maioria vive na cidade, embora haja integrantes que residam nas comunidades rurais próximas. Em geral, os membros do Clube pertencem a famílias radicadas há muito tempo na cidade e alguns deles viveram fora da cidade por períodos variados de tempo, especialmente na capital do estado, Villahermosa, ou em estados próximos. Embora a cidade se localize na área cultural maia, a maioria de seus integrantes se define como mestiço.

O Clube não tem uma sede e suas reuniões são itinerantes. Conta com uma estrutura de responsabilidades que abrange o presidente do Clube, um secretário, um tesoureiro e responsáveis por áreas como a de eventos ou de saúde. Não obstante, a organização não conta com um registro formal perante o Estado mexicano, o que a impede de pleitear recursos públicos para a prevenção do HIV e da Aids na cidade. Sem contar com um financiamento permanente, o Clube conseguiu recursos através de doações de concidadãos, dos seus integrantes ou mediante a realização de eventos festivos, como espetáculos de transformismo.

O Clube, durante seus 12 anos de existência, mesclou uma ação comunitária de prevenção, outra social de atenção e ajuda às pessoas doentes, um trabalho de interlocução política com autoridades municipais e com membros dos partidos políticos. Na última eleição local, os candidatos de todos os partidos que concorriam se reuniram pelo menos em uma ocasião com os integrantes do Clube. Houve um trabalho intencional dos partidos políticos para captarem seus votos e para integrá-los às campanhas. Em nosso estudo, dialogamos com autoridades municipais, com membros de partidos políticos e outras organizações sociais, tratando de elu-

³ Salvo o de seu obscurecimento em um intercâmbio desigual que não permite uma resposta ou que a castiga duramente.

cidar o lugar que o Clube conquistou em um contexto profundamente homofóbico, como veremos mais adiante.

Neste artigo, analisamos um processo de politização da sexualidade⁴ que permite entender o vínculo entre processos coletivos de construção da cidadania⁵ com outros subjetivos de constituição, aceitação e reivindicação de uma identidade sexual. Por um lado, encontramos os gestos históricos do processo de abertura democrática e cultural que ocorreu no México durante as últimas duas décadas, especificamente no âmbito da inscrição sociopolítica das diversas orientações sexuais. Por outro, descobrimos os efeitos do processo de globalização de certos imaginários que nos levaram até os lugares mais distantes do país, um mundo plural e diverso em termos de identidades, sexualidade e subjetividade⁶ (Appadurai, 2002; Castells, 2004; García Canclini, 2006). Junto com eles existe um processo subjetivo – inscrito em uma trajetória histórica – de construção de certos sinais identitários, vinculados à sexualidade e ao desejo, que permitem a conformação de referentes coletivos de identificação e de ação política. Deste contexto emerge a identidade gay como um espaço de autoidentificação, de vinculação e de diferenciação.

Desse modo, o Clube Gay resulta, mas também se apropria de dois processos históricos: o de expansão da cidadania e o de conformação de identidades sexuais diversas. Sua ação intercepta ambos, politizando as identidades e outorgando-lhes uma aparência desejável para a cidadania. Assim como eles inserem suas demandas no debate público de sua cidade, estabelecem algumas coordenadas que lhes permitem construir uma noção afirmativa de si mesmos, de seus corpos, de sua estética e de seu desejo. O processo de construção da cidadania transforma-se em e surge de um processo de constituição de si.

Não obstante, a distinção que traçamos entre os processos coletivos e outros subjetivos é acima de tudo analítica. Poderíamos inverter os fatores e nos interes-

⁴ Por politização da sexualidade entendemos o processo de conformação de sujeitos políticos a partir de identidades e práticas sexuais, neste caso não-hegemônicas. Do mesmo modo, corresponderia ao processo de desnaturalização de certas relações sociais (de gênero e sexuais) e sua integração em um debate público e coletivo.

⁵ Para fins deste artigo, seguimos as definições sobre cidadania elaboradas por Chantal Mouffe. A autora assinala que não se deve considerar a cidadania somente como um *status* legal que permite participar de certos direitos e procedimentos coletivos, mas também como uma forma de identificação, um tipo de identidade política que é necessária de se construir e que não é dada empiricamente (Mouffe, 1999:96). Em sua definição de “cidadania democrática radical” Mouffe postula que esta é “[...] um princípio de articulação que afeta as diferentes posições subjetivas do agente social” (*Ibid*:101) e não somente um princípio abstrato e universal.

⁶ Processos, por certo, contraditórios e inacabados. Não podemos aprofundar em sua estimativa mais precisa neste texto, mas será necessário considerar sua densidade particular no espaço social que nos interessa neste artigo.

sarmos por processos subjetivos de construção de cidadania e outros coletivos de conformação de uma identidade sexual. Veremos que uma compreensão histórica de ambos nos permitirá diferenciá-los como pontos de um processo sociopolítico que os imbrica e os intersecta. Entretanto, no caso que aqui estudamos, existe certa gradação histórica que possibilita distinguir um processo do outro, e que pode se expressar do seguinte modo: a expansão da cidadania – que ocorreu no México durante mais de vinte anos de maneira oscilante, contraditória, mas crescente – desenvolveu-se de maneira autônoma em relação à conformação de uma identidade sexual diferenciada. As vias da “política” não coincidiram necessariamente com as da “cultura”.

Não obstante, neste artigo, interessa-nos analisar o momento e as características de sua intercessão, que nós situamos, para o caso estudado, na época da criação do Clube Gay Amazonas. Quando isto aconteceu, seus integrantes já tinham uma história pessoal de reconhecimento e aceitação (relativa) de uma identidade sexual, e uma história microssocial de vinculação com outros sujeitos semelhantes. Quando foi fundado o Clube, essas histórias se depararam com outra de maior alcance que implicou uma ampliação da cidadania. Entretanto, isto não aconteceu ainda em muitos lugares do México e os processos continuam separados. Neste sentido, esse cruzamento corresponde a uma politização crescente, tal como a definimos antes.⁷

2. Os horizontes da política: poder e resistência

Segundo Laclau e Mouffe, a lógica que impôs a modernidade – condizente, por um lado, com a liberdade dos indivíduos e, por outro, com a sua igualdade – tem como destino radicalizar-se. A lógica da equivalência, dizem os autores, “transforma-se no instrumento fundamental de produção do social” (2006:173). Esta lógica orientará uma série de lutas e movimentos durante mais de dois séculos

⁷ A historicidade que aqui postulamos se remete às identidades sexuais e não, em primeiro lugar, às práticas sexuais. É necessário analisar sua conformação e seu caráter de modo diferenciado, pois se as primeiras emergem, conforme acreditam, de um momento histórico determinado, das segundas se tem um registro muito mais antigo. O que nos importa remarcar é que as práticas sexuais por si mesmas não constituem, nem conformam, uma identidade sexual. Por isso, embora existam práticas sem identidade (no México de hoje), as identidades vinculadas a uma forma de desejo, sociabilidade, usos do corpo e/ou a uma erótica específica só surgem em um momento histórico (em nosso caso, o século XX, especialmente em suas últimas três décadas) e como resultado de um processo particular de politização. Não obstante – e este é outro matiz deste processo – a expansão de certos imaginários, a circulação de informação e imagens diversas sobre a sexualidade nos meios de comunicação, a constituição de um segmento de consumo “sexual” e identitário desvinculam a conformação das identidades de seus referentes políticos e militantes mais imediatos e as articulam com estilos de vida, formas de identificação coletiva, delimitações de *status* social e formas de consumo e expressão estética.

e dotará de matrizes de sentido diversos atores em seu próprio vir-a-ser político. Do mesmo modo, ampliar-se-á progressivamente o próprio horizonte político, co-optando espaços que permaneceram mudos ou excluídos em seu decurso. Laclau e Mouffe indicam que o problema do político é o da construção do social; portanto, não se limita às formas de governo nem de administração do Estado. É um campo de articulação das relações sociais e dos antagonismos.

Neste contexto, surge um conjunto de movimentos sociais que contribui para radicalizar a democracia mediante a ampliação dos direitos dos sujeitos. Esses movimentos são portadores de novas demandas e “através deles se articula essa rápida conflituosidade social para relações mais e mais numerosas” (*Ibid*:179). Antigas demarcações da vida social são debatidas, e as fronteiras entre o público e o privado enfraquecem; é urdida uma série de efeitos paradoxais que vinculam a burocratização das relações sociais à impugnação de formas de subordinação que permaneciam inquestionadas ou despolitizadas. A emergência de novos sujeitos políticos permitiu a politização de uma série de relações sociais, entre elas as que se ancoram na sexualidade, no desejo e no erotismo (Amuchástegui & Rivas, 2008; Parker, 1994; Terto, 2000; Weeks, 1993 e 1991).

Primeiro realizou-se um questionamento de ordem hierárquica entre homens e mulheres, as divisões consequentes do mundo e os limites da experiência. Neste campo dá-se uma primeira politização das relações entre homens e mulheres, um questionamento de ordem hierárquica entre os sexos, as divisões consequentes do mundo e os limites da experiência. Posteriormente, a impugnação aprofundou-se e estendeu-se a relações aparentemente naturais; a identidade instalou-se no centro da política, um âmbito tradicionalmente masculino viu solapada sua pertinência e sua primazia (Mouffe, 1999 e 1992; Butler, 2001). Consideramos, neste sentido, que somos testemunhas de um processo de politização radical e da proliferação de espaços políticos “radicalmente novos e diferentes”⁸ (Laclau & Mouffe, 2006:204).

⁸ Assinalam Laclau e Mouffe: “[...] o que eclodiu foi a ideia e a realidade mesma de um espaço único de constituição do político. O que estamos assistindo é a uma politização muito mais radical do que qualquer coisa que tenhamos conhecido no passado, porque ela tende a dissolver a distinção entre o público e o privado [...] em termos de uma proliferação de espaços políticos radicalmente novos e diferentes. Estamos, pois, diante da emergência de um pluralismo dos sujeitos, cujas formas de constituição e diversidade só são possíveis de serem pensadas se se deixar para trás a categoria de ‘sujeito’ como essência unificada e unificante” (2006:227). Há que se assinalar que para estes autores o tema do corpo é completamente invisível e que não pensam uma pluralidade corporal semelhante à pluralidade dos sujeitos que mencionam. De certa maneira, não contemplam a politização radical do mesmo corpo (ou dos corpos) que instigaram algumas orientações políticas do feminismo e do movimento gay, transgênero e transexual, junto com determinados movimentos étnico-raciais. Veremos que no caso do Club Gay Amazonas a politização das identidades é concomitante com uma politização dos corpos e, por sua vez, com um posicionamento do próprio corpo como espaço de luta política e cultural.

Deste modo, por exemplo, as identidades sexuais são objeto de uma politização crescente, reconhecem-se seu caráter politicamente construído e a trama de relações que as permitem e as configuram, e se inicia a desmontagem de suas suposições e de seus efeitos. Esse processo conflui com a ampliação dos direitos no contexto da doutrina dos direitos humanos: a progressiva consideração de novos direitos e a tematização de novos âmbitos como terrenos nos quais se podem articular e formular direitos (Corrêa, 2001; Miller, 2001; Parker, 2001 e 1994; Petchesky, 1999). Assim, somam-se aos direitos políticos os direitos sociais, culturais e, em seguida, os direitos sexuais e reprodutivos.

3. História e subjetividade: pontos de articulação

Os pontos de articulação⁹ entre os processos coletivos de construção de cidadania e os subjetivos de especificação de uma identidade sexual são múltiplos. Aqui nos deteremos em alguns, e ficarão outros por analisar. Não obstante, é relevante compreender as formas em que se articulam as subjetividades com a história. Em nosso entender, estes pontos de articulação são os pivôs de uma politização possível. Sustentamos que sem um contexto histórico determinado, que permita certos processos e restrinja outros, não será possível tal politização, que é por si só um resultado estritamente histórico (portanto, viável, mas não inevitável).

Mas, por outro lado, é necessário que esse processo se ancore – ao menos no campo que aqui nos interessa: as identidades, a sexualidade e o corpo – em certas coordenadas subjetivas e biográficas que o especificam. Deste modo, embora as condições históricas possam estar presentes, facilitando, por exemplo, a politização das identidades ou da sexualidade, elas só operarão como fatores de transformação de algumas relações sociais se puderem ser detectadas, lidas, aproveitadas e conduzidas pelos sujeitos. Isto acontecerá quando tais condições conseguirem articular-se com outras de caráter subjetivo; por exemplo, o processo de constituição de uma identidade sexual particular e diferenciada (processo eminentemente histórico e absolutamente social, como já indicamos), de uma narração própria em torno de uma trajetória e de uma experiência sexual, de uma biografia das exclusões, dos maus tratos e das humilhações, do desejo de uma vida mais digna.

Mas se entendermos esse vínculo articulador entre a subjetividade e a história, deveremos considerar também que as próprias condições subjetivas e as ancoragens

⁹ Laclau e Mouffe definem articulação como “[...] toda prática que estabelece uma relação tal entre elementos que a identidade destes resulta modificada como resultado dessa prática” (2006:142-143).

que mencionamos são eminentemente históricas. Quer dizer, a emergência de identidades sexuais diferenciadas é um produto do processo histórico de construção do “dispositivo da sexualidade” (Foucault, 1989). Assim também, a mesma noção dos direitos humanos como paradigma e referente à dignidade dos indivíduos, seu horizonte de responsabilidade e respeito, é estritamente histórica (Lefort, 1990).

Não obstante, o fato de existirem identidades sexuais diferenciadas e de ser possível reclamar certos direitos são condições que possibilitam, mas não determinam, o processo de politização que mencionamos. Como assinalamos antes, para que isto suceda – esta é uma de nossas apostas teóricas e analíticas – são necessárias as ancoragens subjetivas, históricas também, potencialmente políticas. É um processo que não pode existir sem a participação dos sujeitos; não é abstrato, e se consolida tanto na corporalidade dos indivíduos, em suas narrativas e em suas experiências, como nos recursos simbólicos e imaginários com os quais os relatam para deles fazerem uma leitura, para gerarem certa coerência e vinculá-los aos seus próprios futuros. A história não é um corpo inerte ou um grande monstro abstrato. É um terreno de interpretações, de enraizamentos, de esperanças e de projetos (Foucault, 2002a e 2002b) – ao menos no campo que nos interessa, tornamos a dizer.

a) De puto a gay: conformação de uma identidade

Para fins deste artigo, consideramos alguns pontos de articulação. O primeiro é a identidade, especificamente a identidade gay. Assim se denomina a organização que estudamos: *Club Gay*; isto não é casual, tampouco é por acaso. O “gay” permite uma transformação capital nas trajetórias subjetivas e coletivas dos sujeitos que nos interessam. Possibilita a eles passarem das denominações tradicionais, fundamentalmente depreciativas e excludentes, a outras melhor conotadas, dotadas de traços de orgulho e reivindicação, e não só de abjeção (Butler, 2002 e 2001; Eribon, 2001). É a passagem de “puto” a “gay”, da heteronomia e da heterod denominação para certa autonomia e autodenominação. Se Juan reivindica um nome, se o exige, é porque antes o deu a si mesmo; os integrantes do Clube, coletivamente, se deram um nome: somos gays. Uma identidade que é totalmente histórica e pode ser apropriada pelos membros do Clube como resultado de um processo de difusão de certos imaginários que chegam até sua cidade e seu mundo, até suas palavras e suas relações, até suas esperanças e suas vidas.

Porque se tu eras gay, tu eras ladrão, eras drogado, eras um pervertido de menores; a única coisa que podes fazer como gay é varrer, passar pano no chão, cozinhar e cortar cabelo, ensinar valsa. Então, começamos a ver as pessoas que somos, Grupo Gay, e perceber que temos a mesma capacidade

que aqueles que não são gays; podemos ter mais capacidade que um heterossexual, que um bissexual e, como resultado disso, começamos a demonstrar para as pessoas que podemos. Começamos a nos organizar como grupo e a divulgar o Clube Gay Amazonas, começamos a dizer às pessoas que o Clube Gay Amazonas tem cozinheiros, tem garçons, tem estilistas, tem mesas de costura, e que nós temos advogados, que tínhamos psicólogo, que tínhamos doutores, que tínhamos bacharéis, que tínhamos arquitetos e que podíamos prestar serviço à comunidade naquilo que se quisesse e que, além disso, o grupo gay estava se prevenindo, porque a Aids já estava entrando em Tenosique (Iván, 50 anos).

A sociedade vai pouco a pouco te aceitando; sobretudo, nós queremos sobressair, queremos fazer parte desta sociedade, mas como uma parte positiva, não como uma escória, não com um *status* muito baixo; que não nos tomem como o feio, o degenerado, o depravado, o mórbido. Somos pessoas normais, temos uma sexualidade diferente da heterossexual, mas que não deixa de ser normal dentro dos nossos limites, e essa mesma natureza, como queiras, se chame Deus, ou natureza, ou vida, ou o que seja, pois alguém ou algo a fez (Pedro, 54 anos).

Como se viu antes, o trânsito identitário acontece a partir de denominações e valorações negativas de um desejo ou de uma prática sexual mais bem associado(a) a outras. Passa-se, nas palavras de Iván e de Pedro, do “pior” e da “escória” à normalidade, ao esforço ou ao talento. O trajeto é demonstrativo: os gays mostram à sua sociedade que não são “degenerados” ou “pervertedores de menores” e que têm capacidades de desempenho nas melhores profissões e nos ofícios. É também um trajeto de integração, neste caso, de assimilação consistente dos parâmetros da “normalidade” mediante o trabalho e através de uma vontade de pertencimento e reconhecimento (antepõe-se uma ética de trabalho à outra sexual, o próprio desejo é ocultado pelas virtudes do esforço). A identidade, deste modo, é um constructo diverso da abjeção; contrapõe o “gay” ao “degenerado” e ao “pervertido”. Assim, vemos que as cenas e as descrições que permitiam delimitar um coletivo – os putos – são transformadas e ressignificadas mediante a ação coletiva do Club, criando outro espaço identitário – o gay.¹⁰

¹⁰ Esse processo de transformação e ressignificação acontece em um contexto sociocultural adverso para a reivindicação e a vivência de uma orientação sexual não-heterossexual e de uma identidade não-normativa. A opinião pública mexicana mostra tendências altamente discriminatórias em relação a este grupo. Por exemplo, na Primeira Pesquisa Nacional sobre Discriminação (Sedesol & Conapred, 2005), levantada durante o ano 2005, 48,4% dos pesquisados assinalaram que não permitiriam que em sua casa “vivesse um homossexual”. Deste modo, quando se perguntou sobre o que as autoridades “deveriam fazer” se uma comunidade quisesse “expulsar os homossexuais”, 42,4% responderam que “nada”. Por último, se se consultava sobre “o principal problema dos homossexuais para se relacionarem com os demais”, 46,4% respondiam que era a sua “preferência sexual”, entre 15 opções que incluíam “discriminação”, “repúdio” e “comportamento”. De outro lado, entre os anos de 1998 a 2004, foram reportadas 332 execuções homofóbicas constatadas e 996 execuções homofóbicas estimadas (*Letra S*, 2007).

Porque somos um grupo que esteve dentro de um gueto, e que precisa sair dessa marginalização, e felizmente está saindo e está assumindo uma presença política, porque antes, por exemplo, nem éramos convidados para as questões políticas, e agora nos incluem, nos levam em conta, e a questão do seu gênero, da sua preferência sexual já não é importante (Víctor, 40 anos).

Digamos que a identidade opera como o contrário da abjeção, já que outorga um espaço de identificações positivas aos integrantes do Clube. Eles enunciam uma identidade para deixarem de ser a “escória” que lhes disseram que são. Nesse mesmo movimento conseguem outro efeito: rompem o gueto e saem da marginalização. Vimos que uma vez abandonadas as definições estigmatizantes, entrava-se nesse terreno difuso, mas valioso, que se conhece como normalidade. Neste caso, a normalidade não funciona como uma ortopedia, mas sim como uma forma de reconhecimento e de integração. O que antes era central – a preferência sexual – deixa de sê-lo, mas para gerar um efeito paradoxal: uma vez quebrado o “gueto”, uma vez transformada a “escória” em identidade, os integrantes do Clube podem viver sua sexualidade de modo menos problemático e encontram um espaço subjetivo e coletivo menos estigmatizado e violento para si mesmos. Como veremos depois, é a própria normalidade que foi modificada em algumas de suas coordenadas.

b) Ordem simbólica e espaços públicos: corpo e desejo

Outro ponto de articulação é o desejo. O desejo, diremos com Deleuze e Guattari (1988; 1985), não é um assunto de quartos, mas sim um elemento imanente à vida social, e só uma noção estritamente psíquica e individualizadora impede de situá-lo social e historicamente. Os integrantes do Clube são sujeitos desejosos: mencionam, situam e reivindicam seu desejo. Não é uma política apesar do desejo ou contra ele; é uma política pelo desejo, para ele e com ele. É uma política desejosa, em primeiro e último lugar, e o desejo é talvez a linha que permite articular suas próprias trajetórias biográficas com os processos políticos e culturais dos que participam; o desejo dá coerência, dá continuidade, outorga uma especificidade às narrações. Inclusive antes de terem e de enunciarem qualquer identidade, eles falam de um desejo presente ao longo de suas vidas, urgente, imanente a eles mesmos. É talvez o elemento mais arcaico, por assim dizer, em suas histórias, e o mais resistente a qualquer condição ou imposição. Se eles se politizaram, é porque “antes” o desejavam intensa e constantemente.

Vinculado ao desejo surge o corpo ou uma determinada experiência e apropriação dele. Outro ponto é o corpo ou uma experiência de apropriação do corpo.

Se em algum lugar está o desejo, é de fato no corpo. Os integrantes do Clube não evitam o corpo, não o retiram de seu discurso; possivelmente o colocam no meio, no centro de sua ação. Diante da violência da polícia, que os prendia se os encontrava vestidos de mulher, eles reclamavam seu direito de se vestirem como quisessem e de serem respeitados. Afirmam uma estética para pugnar por uma ética. Em face da exclusão por terem certa aparência, eles reivindicam um lugar, com suas roupas, seus modos e seus gestos.

Os gays não podiam sair às ruas vestidos de mulher, a polícia os recolhia se encontrava os gays vestidos de mulher dentro dos bares; a polícia os arrastava debaixo de pancadas para as caminhonetes e os levava; tudo isso era comum (Juan, 35 anos).

Neste ponto, acreditamos que se produza uma articulação muito específica deste contexto social, vinculando a identidade ao desejo por intermédio do corpo. Um lugar de inclusão social e de reconhecimento que os gays encontraram em sua cidade foi o da participação em festas. É uma comunidade com um calendário festivo muito intenso, que se estende por todo o ano e que começa com um carnaval em janeiro e fevereiro. Os integrantes do Club participam de dois modos: primeiro, apropriam-se do carnaval e ganham repetidas vezes o prêmio de melhor carro alegórico. Cruzam a cidade vestidos de mulher em cima do carro que eles imaginaram e construíram, dançando diante da curiosidade dos espectadores. Esta é a primeira forma de aparição pública do grupo como tal; é também uma maneira de intervir no espaço público enunciando uma identidade, uma estética e uma corporalidade. Esta inscrição pública sustentada por um gesto estético e cultural vincula-se à participação dos gays em quase todos os tipos de festas públicas ou privadas. Eles organizam, decoram, cozinham, ensinam as danças, maquiam-se, vestem-se. A participação como organizadores das festas permite que eles tenham acesso a um espaço de legitimidade social. Muitas são festas motivadas pelos momentos mais importantes no ciclo de vida dos habitantes da cidade: os 15 anos, casamentos, aniversários etc. Além disso, eles são dotados de uma série de características e virtudes socialmente valorizadas: os gays são trabalhadores, criativos, têm bom gosto, ajudam...

É onde o grupo já começa a participar fortemente, como grupo de prevenção, como grupo de guerra, que lutava nos carros alegóricos e, então, isso motivou que a gente se esforçasse para fazer melhores carros alegóricos, porque o grupo gay começou a apresentar seus carros alegóricos, e ganhou por cinco anos consecutivos o primeiro lugar em carros alegóricos (Saúl, 32 anos).

4. Cidadania e diferença: a aceitação e o respeito

Encontramos uma relação bifrontal entre aceitação e respeito como outro ponto que nos permite revisar a articulação específica entre processos subjetivos e coletivos. A aceitação é uma experiência subjetiva que acontece com dificuldade, pouco a pouco, entre esses sujeitos. A aceitação significa o reconhecimento de certa identidade, uma vez que a constitui, e também a consciência de um desejo e de uma trajetória vital. Se a aceitação, em seus diversos graus e intensidades, conduz à organização social e política, esta por sua vez a potencializa.¹¹ De alguma forma, a aceitação é sempre um processo coletivo, de olhares e opiniões, que abarca valores, pertencimentos e esperanças. O Clube surge deste modo dos processos subjetivos que conduzem ou possibilitam a aceitação entre estes sujeitos, mas ao mesmo tempo os fortalecem, outorgando-lhes uma aparência compartilhada e compartilhável.

A aceitação fundamenta-se na diferença; o que se aceita em último lugar é essa diferença: sexual, desejosa, corporal, estética... em si mesmo. Neste ponto, articula-se com o respeito que os integrantes do Clube reclamam da sociedade e que esta o solicita deles, em uma espécie de chamado simultâneo. Juan nos explica que “é muito importante que a gente se dê conta de que nós não servimos só para “jotear”, ou seja, temos que demonstrar que somos capazes e que merecemos respeito”. Ivan, por sua vez, assinala que “o grupo tem essa meta, eu te dizia desde o princípio: respeitar para que nos respeitem. E como vamos obtê-lo? Aprendendo a respeitar a nós mesmos, que é o que fazemos quando há festas; divertimo-nos com moderação”. Os membros do Clube exigem respeito para sua identidade, seus corpos, suas formas de vida, seu desejo e sua estética. O respeito é a inscrição social da aceitação subjetiva e, vice-versa, a aceitação é a inscrição subjetiva do respeito como direcionamento das relações sociais, como uma virtude dos vínculos entre cidadãos.

A diferença como substrato da aceitação, como seu “conteúdo” radical, liga-se à diferença como um articulador das relações sociais. Então, o processo subjetivo de aceitação – da própria diferença, daquilo que em si mesmo é diferente, mas constitutivo – é um processo de deslocamento da estrutura de diferenças, pois esta se sustenta, em muitos sentidos, na clausura dos próprios processos subjetivos de aceitação e reconhecimento. A diferença sustenta-se em sua invisibilidade e, de certo modo, permanece incólume porque não difere de si, não se separa de si, embora seja nada mais do que um diferir e um separar.¹²

¹¹ Insistimos que não são processos nem unívocos nem obrigatórios, mas apenas possíveis.

¹² Seguimos a noção derridiana de diferença (Derrida, 2003).

Deste modo, o processo subjetivo que mencionamos realiza uma operação estranha: se a aceitação for uma forma de *integrar* a diferença e, no caso destes sujeitos, de *reverter* a diferença na forma de exclusão e abjeção em diferença na forma de distinção e singularidade, então, tal processo afasta de si a estrutura social de diferenças aglutinando-a subjetivamente mediante a aceitação, desfazendo-se do *lastro* que a diferença coloca na subjetividade (muito constitutivo dela mesma), para situá-lo no campo do social. Aqui está o ponto mesmo da politização que mencionamos como processo de desconstrução de uma ordem, de questionamento de sua hegemonia e de visibilidade de seus conflitos. Veremos que este movimento, que faz diferir a diferença mediante uma aglutinação subjetiva (sempre ligado a outro movimento coletivo de organização e retroalimentação), transpassa os consensos sobre os quais a própria diferença se sustenta, desnaturaliza-a e devolve-a ao plano do social.¹³

Ou seja, íamos aos lugares e começavam a nos ofender, a nos insultar, a nos faltar ao respeito porque antes diziam que a gente era bicha, e as pessoas abusavam de nós porque não tínhamos a coragem de nos defender. Pois precisamente por isso, para que tivessem respeito por nós, porque na realidade as pessoas nos atacavam muito (Diego, 30 anos).

Uma vez os integrantes do Clube Gay aceitem a si mesmos (que o exprimam, é o que aqui nos importa, e não o ganho psíquico), e que esta aceitação lhes permita um vínculo social e político que a fortaleça, e assim por diante, a rede de diferenças que estrutura uma ordem social não permanece incólume. A aceitação das diferenças – e isto se encontra no coração dos processos de politização que aqui estudamos – desloca os outros sujeitos de suas próprias certezas, enraizamentos e finalidades. Ao entrar este “vírus” no sistema social, ele corrói as reais possibilidades de sua integridade, origem natural e continuidade assegurada. Por isso, não presenciamos apenas um processo “psíquico” e “individual”. Estamos diante de um processo histórico e coletivo que se sedimenta em certos sucessos e experiências subjetivas. Os integrantes do Clube aceitam-se quando existem as condições sociais, políticas e culturais para que possam fazê-lo, e nessa inscrição histórico-política de suas vidas mudam o sistema inteiro de diferenças que os compelia a se

¹³ Que é, segundo o exposto antes, o centro mesmo do processo de radicalização da democracia, de acordo com Laclau e Mouffe. Também poderia ser lido segundo a relação entre o instituído e o instituinte proposta por Castoriadis (1983); de modo que a aceitação de si e o deslocamento da estrutura de diferenças que suscita, enquanto estrutura de exclusões e abjeções, corresponderia ao processo de instituição de novas subjetividades ou novos espaços subjetivos. A ação mesma do Clube seria instituinte, criadora de novas relações sociais, mas também de novos espaços subjetivos e corporais. Aqui destacamos, como antes o fizemos, a dimensão criadora do desejo em sua versão deleuziana.

rechaçarem sempre, que os obrigava à abjeção (tanto fora do sistema como dentro dele, como defeito ou monstruosidade).

Ah sim! Bastante, como se ficasse livre, como se tirasse um peso de cima e dissesse: “Ah, já chega”, como se tirasse uma máscara, porque parece mentira como a gente procura aparentar e enganar muita gente que ainda não se deu conta; então já se pode dizer: “Ah! Eu agora quero ser assim” e, com o pé direito, a gente começa e tira a máscara, que me aceitem tal e qual eu sou (Juan, 35 anos).

Daí a afirmação de certa identidade e a concessão de materiais positivos e valiosos de identificação não serem só uma espécie de voluntarismo imaginário que deseja transformar as “escórias” (outro sentido da abjeção) em “pérolas”. É, acima de tudo, a criação de um espaço imaginário que dota os sujeitos, ou que lhes permite dotarem-se, de outros cenários, de novas descrições, de outros horizontes na constituição de si mesmos e de sua inteligibilidade. É este um espaço político e cultural por excelência, porque nenhuma natureza determinará a exclusão que experimentaram esses sujeitos ou tampouco a dor que deverão sentir para chegarem a ser alguém e para construir certa dignidade (em nossos solilóquios e em nossos diálogos).

Justamente neste ponto é gerada uma relação de poder, como um vetor produtivo e positivo da mesma subjetividade, de onde emergem resistências, deslocamentos e transformações. O processo de aceitação requer, de modo taxativo, a revisão dos próprios repúdios, das admoestações e dos julgamentos. Um sujeito – neste caso um “sujeito gay” – só se aceita se desconstruir as noções que tem sobre si mesmo, as ideias que o encurralam, o destino que imagina, a vida que acredita merecer. A aceitação é um processo de destruição e de regeneração de si mesmo, a partir das próprias coordenadas do domínio e da sujeição (Butler, 2007). Processo histórico, nós o vimos insistentemente, nele determinados sujeitos apercebem-se de sua própria desgraça e de suas determinações e apropriam-se delas para removê-las e transformá-las. Nesse momento, por assim dizer, nenhum sistema de diferenças permanecerá sólido e perene e começará a visualizar a sua própria dissolução, lenta, sem dúvida, paulatina, mas sistemática, profunda e sustentada.

As pessoas nos apoiaram aceitando o reconhecimento de que nos trataram como somos; se eu gosto de me sentir mulher, me aceitem como sou. Por exemplo, os homens se embebedam e fazem tolices e meia e ninguém lhes diz nada, e se sentem bem fazendo tolices e meia. Bem, então nós queremos fazer o mesmo; visto-me de mulher e saio à rua e quero fazer o que eu quiser; tenho os mesmos direitos que tem o bêbado que fica nu, tenho os mesmos direitos que tem o bêbado que urina e tira o pau no meio da rua e a polícia não diz nada (Iván, 50 anos).

Atentemos que o processo de mudança das diferenças mediante uma aglutinação subjetiva, que denominamos aceitação, permite aos integrantes do Clube reclamarem igualdade. Por isso, insistimos no caráter corrosivo, no limite, de sua ação política e cultural. A igualdade suporá reconhecer as diferenças que a impedem, que conspiram contra ela ou que diretamente a negam. A igualdade é neste caso uma igualdade nas diferenças e diante delas. Os integrantes do Clube exigem que se lhes reconheça um lugar. Tal reconhecimento, o exercício dos direitos, será a igualdade procurada, para poderem ser, finalmente, eles mesmos, mais intensamente, mais vividamente.

5. Os usos do poder: desejo, intimidade e silêncio

Por último queremos abordar a relação que os integrantes do Club estabelecem entre o poder, o desejo e a intimidade, especialmente quando se relacionam com sujeitos que não se identificam como homossexuais ou gays, mas de quem se conhecem os seus comportamentos sexuais e os seus gostos eróticos.¹⁴ Estas relações de poder fundamentam-se, por um lado, em um conhecimento de gostos, desejos e práticas de diversos personagens importantes da cidade; é um saber sobre a intimidade dos outros que é facilitada dadas as pequenas dimensões que ela tem. Mas, por sua vez, é um saber que surge da própria intimidade. Um dos integrantes mais importantes do Clube nos disse que eles conheciam os amantes homens de diversos personagens públicos porque também eram seus amantes. Nas conversas íntimas, aquelas que acontecem entre o sexo e o sonho, chegava-lhes esta informação. Em seguida calavam, faziam como se não soubessem nada. Este é outro traço dessas relações de poder: sustentam-se no silêncio e não na fala; fundamentam-se não no que se diz, mas no que se sabe. Como a mensagem do rei mencionado, eles operam apenas sobre os mecanismos que permitem que o outro se inteire a respeito do que sabem.

Você vai conhecendo, vai vendo, você vai se relacionando com as mesmas pessoas, então vai vendo e vai dizendo “Ouça, olhe para isto ou aquilo”;

¹⁴ Foi um exemplo citado por Derrida (2003) que nos permitiu delimitar o vínculo entre o silêncio e a compreensão e entre esta e o poder. Rousseau narra um episódio histórico acontecido durante uma das campanhas do rei Dario, senhor do império persa, quando o rei se encontrava no território dos escitas e recebe de seu homólogo uma mensagem: “uma rã, um pássaro, um camundongo e cinco flechas; o arauto entrega seu presente em silêncio e se retira. Esta terrível ameaça é escutada e Dario se apressa a voltar para seu país como pode” (Rousseau, *apud* Derrida, 2003:301). O rei dos escitas não precisa dizer nada; não envia cartas, tampouco levanta ameaças orais. Só entrega a Dario esta mensagem que o soberano persa sabe interpretar. É, de algum modo, um acontecimento silencioso, mas efetivo.

bem, ele não diz isso, mas você vai chocando-o: “Putá, eu acreditava que este ‘cabrón’ era assim, mas olhe, o resultado é que era assim”. Então é um amálgama [...] depois que não digam para você, que não contem para você, porque eles não podem comigo, pois você já sabe quem são, você já sabe como são (Andrés, 30 anos).

Desse modo, estabelece-se uma relação oscilante entre a clandestinidade de muitas relações eróticas entre homens na cidade e a aparição pública do Clube Gay. Possivelmente, o mais disruptivo de sua ação seja justamente isto: trazer para a luz o que estava na escuridão (com todos os sentidos metafóricos e míticos que esta expressão possa ter), falar do que habitualmente se cala. Como mencionamos anteriormente, nesse momento todo o sistema de diferenças e exclusões se vê perturbado e transformado, porque as identidades e os desejos sustentavam-se, em alguma medida, em um silêncio profundo e cortante, em um saber obliterado e sempre pendente. Quando os integrantes do Clube chamam a si mesmos de gays, descrevem seus desejos e os alardeiam pelo espaço público da cidade, fazendo um uso estratégico das festas e das celebrações, o que estava sob a proteção da clandestinidade cai, em muitos sentidos, é exposto. E eles sabem, sabem que quando anunciam publicamente sua identidade e sua sexualidade adquirem uma vantagem sobre aqueles que “gostam da mesma coisa”, mas não se atrevem a dizê-lo. Poderíamos colocar que se estabelece uma relação de poder entre o declarado e o “closet”; entre as identidades e os desejos; entre as práticas e as pertinências.

Em algum momento, como diz um companheiro, “me ajude, não seja “cabrón”, e tudo pelo mesmo grêmio; há tipos que lhe dão a mão porque dão, então você o conquista, embora seja com trapaças, mas já o conquistou e, quando menos se espera, já há uma pessoa importante dentro do grupo (Andrés, 30 anos).

Dissemos que é uma relação de poder oscilante, porque reconhece as vantagens de uma anexação identitária unívoca – sou gay – mas estas são mantidas em suspense. Do mesmo modo, é uma relação de poder sustentada por um saber silenciado. Mas outro traço desta oscilação se constitui no uso ambivalente da linguagem, que oculta a identidade final e definitiva dos homens gay – a masculinidade mesma – por trás de uma suposta submissão, mas que termina com ela quando as circunstâncias ou as emoções assim o merecem. A sensualidade da fala se cobre com a injúria da linguagem. Como o rei dos escitas, os integrantes do Clube ocultam atrás de uma “dádiva” suas próprias ameaças e sua fúria. Mas, além disso, esta oscilação é corporal: a identidade gay e o desejo homoerótico condensam-se em uma parte do corpo – atrás – e mais adiante ficam a natureza e a origem, a posição definitiva que se organiza em torno da masculinidade – o macho.

Eu acredito ser algo natural do gay ser uma pessoa que tenha a facilidade da palavra; é estranho que um gay não tenha facilidade para falar e para expressar-se, é como um dom natural do homossexual – o gay, só ao falar com você, ofusca. O gay é muito sensual para falar, não sei se você percebeu, os gay falam “Ai, olhe meu amor, carinho, preciosidade”; denotam debilidade e se mostram submissos na hora em que falam, na hora em que expressam seus pensamentos, mas quando se zangam, vem à tona o homem e, então, quando vem à tona o homem, são pessoas fortes, cheias de vigor, cheias de energia. É quando lhe dizem: “o macho eu o trago à frente e o puto eu o trago atrás” (Víctor, 50 anos).

Finalmente, os integrantes do Clube conseguiram o nome que mencionamos no início do texto mediante um processo oscilante, através de estratégias muito específicas e contextuais, seguindo uma corporalidade fluida, em muitos sentidos, e uma identidade que se sobrepõe. Falamos de articulação para podermos compreender, precisamente, estes estatutos flutuantes da identidade e do desejo.

Recibido: 05/diciembre/2008
Aceptado para publicación: 24/abril/2009

Referências bibliográficas

- AMUCHÁSTEGUI, Ana & RIVAS, Marta. 2008. "Construcción subjetiva de ciudadanía sexual en México: género, heteronormatividad y ética". In: SZASZ, I. & SALAS, G. (eds.), *Sexualidad, Derechos Humanos y Ciudadanía. Diálogos en torno a un proyecto en construcción*. México: El Colegio de México.
- APPADURAI, Arjun. 2002. *La modernidad desbordada: dimensiones culturales de la globalización*. Montevideo: Trilce. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. [Trad.: G. Remedios]. ISBN: 9505574061
- BUTLER, Judith. 2007. "¿Qué es la crítica? Un ensayo sobre la virtud de Foucault". In: PARRINI, R. (ed.). *Los contornos del alma, los límites del cuerpo: género, corporalidad y subjetivación*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Programa Universitario de Estudios de Género. pp. 35-58. ISBN: 9789703247288 - 9703247288
- _____. 2002. *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós. [Trad.: A. Bixio]. ISBN: 950-12-3811-3
- _____. 2001. *El Género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Programa Universitario de Estudios de Género. [Trad.: M. Mansour y L. Manríquez]. ISBN: 978-84-493-2030-9
- CASTELLS, Manuel. 2004. *La era de la información. Economía, sociedad y cultura*. Vol. III, *Fin de Milenio*. México: Siglo XXI. ISBN: 968-23-2170-0
- CASTORIADIS, Cornelius. 1983. *La institución imaginaria de la sociedad*. Barcelona: Tusquets. [Trad.: A. Viçens].
- CORRÊA, Sonia. 2001. "Salud reproductiva, género y sexualidad: legitimación y nuevas interrogantes". In: FIGUEROA, Juan G. & Stern, C. (eds.), *Sexualidad y Salud Reproductiva. Avances y retos para la investigación*. México: El Colegio de México.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. 1988. *Mil mesetas: capitalismo y esquizofrenia*. Valencia: Pre-Textos. [Trad.: J. Vásquez Pérez].
- _____. 1985. *El Antiedipo. Capitalismo y esquizofrenia*. Barcelona: Paidós. [Trad.: F. Monge].
- DERRIDA, Jacques. 2003. *De la gramatología*. México: Siglo XXI. [Trad.: O. del Barco & C. Ceretti].
- ERIBON, Didier. 2001. *Reflexiones sobre la cuestión gay*. Barcelona: Anagrama. [Trad.: J. Zulaika].
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. 2006. *Diferentes, desiguales y desconectados. Mapas de la interculturalidad*. Barcelona: Gedisa.
- FOUCAULT, Michel. 2002a. *Los Anormales. Curso en el Collège de France (1974-1975)*. México: Fondo de Cultura Económica (edición establecida por Valerio Marchetti y Antonella Salomoni; bajo la dirección de François Ewald y Alessandro Fontana). [Trad.: H. Pons].

- _____. 2002b. *Defender la sociedad. Curso en el Collège de France (1975-1976)*. México: Fondo de Cultura Económica (edición establecida por François Ewald y Alessandro Fontana). [Trad.: H. Pons].
- _____. 1989. *La Historia de la sexualidad. La voluntad de saber, Volumen I*. México: Siglo XXI. [Trad.: U. Guiñazú].
- LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. 2006. *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. [Trad.: E. Laclau].
- LEFORT, Claude. 1990. *La invención democrática*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- LETRA S, Sexualidad y Sida. *Reporte Anual de crímenes de odio por homofobia*. Available at: <http://www.letrese.org.mx/contracrimenes.htm>. [Accessed on 14.05.07].
- MILLER, Alice. 2001. "Sexual no reproductivo: Explorando la conjunción de los derechos sexuales y reproductivos". In: GRUSKIN, S. (ed.), *Derechos Sexuales y Reproductivos. Aportes y diálogos contemporáneos*. Lima: Centro de la Mujer Peruana "Flora Tristán". pp. 85-134.
- MOUFFE, Chantal. 1999. *El Retorno de lo Político. Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical*. Barcelona: Paidós. [Trad.: M. A. Galmarini].
- _____. 1992. "Feminism, citizenship and radical democratic politics". In: BUTLER, J. & SCOTT, J.W. (eds.), *Feminists Theorize the Political*. New York: Routledge. pp. 369-384.
- PARKER, Richard. 2001. "Ciudadanía y derechos sexuales en América Latina". In: BRACAMONTE, J. (ed.), *De Amores y de Luchas. Diversidad sexual, derechos humanos y ciudadanía*. Lima: Centro de la Mujer Peruana "Flora Tristán". pp. 27-39.
- _____. 1994. *A Construção da Solidariedade. AIDS, sexualidade e política no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA/IMS/UERJ, Relume Dumará.
- PETCHESKY, Rossalind. 1999. "Direitos sexuais: um novo conceito na prática política internacional". In: Regina Barbosa y Richard. Parker (eds.), *Sexualidades pelo avesso. Direitos, Identidades e Poder*. São Paulo: Editora 34. pp. 15-38.
- TERTO Jr., Veriano. 2000. "Male homosexuality and seropositivity: the construction of social identities in Brazil". In: PARKER, R., BARBOSA, R. & AGGLETON, P. (eds.), *Framing the Sexual Subject. The politics of gender, sexuality, and power*. Berkeley: University of California Press. pp 60-80.
- WEEKS, Jeffrey. 1993. *El malestar de la sexualidad*. Madrid: Talasa.
- _____. 1991. *Against Nature. Essays on history, sexuality, and identity*. London: Rivers Oram.
- Secretaría de Desarrollo Social y Consejo Nacional para Prevenir la Discriminación. 2005. Primera Encuesta Nacional sobre Discriminación en México. Available at: <http://sedesol2006.sedesol.gob.mx/subsecretarias/prospectiva/discriminacion/Resumen/Resultados%20Generales%20por%20Modulo.pdf> (Accessed on 11.07.2008).